



Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil – CPIJOVEM

REQUERIMENTO N° ____ DE 2015

(Da da Sra. ERIKA KOKAY e do Sr. REGINALDO LOPES)

Requer a realização de diligência no município de Cavalcante, Estado de Goiás, com o objetivo de averiguar as denúncias veiculadas pela imprensa sobre a prática de trabalho escravo, trabalho infantil e exploração sexual de Crianças e Adolescentes.

Senhor Presidente,

Com amparo no art. 36, II do Regimento Interno desta Casa, vimos requerer a realização de diligência no Quilombo Kalunga, situado em Cavalcante-Goiás, com o objetivo de averiguar as denúncias veiculadas pela imprensa sobre a prática de trabalho escravo, trabalho infantil e violência sexual de Crianças e Adolescentes. Solicitamos sejam convidados (as):

- I) Ministério Público do Trabalho;
- II) Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás;
- III) Conselho Tutelar de Cavalcante-GO;
- IV) Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR/PR
- V) Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR; e
- VI) Lideranças comunitárias do quilombo;

JUSTIFICAÇÃO

Reportagem veiculada pelo jornal Correio Braziliense, edição de domingo, 12 de abril, revela que o trabalho escravo, o trabalho infantil e a violência sexual de Crianças e Adolescentes são práticas que, lamentavelmente, ainda permanecem sob o



Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil – CPIJOVEM

manto da impunidade. Tais crimes ocorrem na cidade de Cavalcante, município goiano de 10 mil habitantes, distante 310 km de Brasília, no quilombo Kalunga.

Segundo denúncias, as vítimas desses crimes geralmente são meninas de até 10 anos, descendentes de escravos, as quais sofrem vários tipos de abusos, maus-tratos, inclusive estupros, em casas de famílias para as quais são levadas desde cedo, em Cavalcante. A falta de perspectiva e a ausência de políticas públicas de educação e saúde nas comunidades quilombolas onde nasceram, na região da Chapada dos Veadeiros, concorrem sobremaneira para que os pais encaminhem suas filhas para trabalhar nas residências de famílias no município goiano.

Para os pais, essa seria uma forma de garantir um futuro melhor para as crianças. Todavia, segundo a reportagem, os crimes, que até então vinham sendo tratados como uma simples questão cultural e acobertados pelo manto da impunidade, omissão e pelo medo, passaram a ser investigados pela Polícia Civil de Goiás. Desde dezembro de 2014, agentes e escrivães já concluíram 8 inquéritos de estupro de vulnerável, onde a vítima tem menos de 13 anos.

Após as investigações, a Polícia Civil constatou que todas as crianças abusadas são negras e que há participação direta de autoridades locais nos crimes, a exemplo do vice-presidente da Câmara Municipal, dentre outras pessoas.

Em face do exposto, e considerando a gravidade dos crimes, propomos em caráter de urgência a realização de diligência no quilombo Kalunga, na cidade de Cavalcante, para averiguarmos *in loco* as denúncias, como forma de contribuir para a elucidação dos fatos e a punição dos envolvidos, iniciativa para a qual solicitamos o apoio do nobres Pares para aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em _____ de abril de 2015.

Deputada ERIKA KOKAY
PT/DF

Deputado REGINALDO LOPES
PT/MG